AGENTE PÚBLICO: Ato de Improbidade Administrativa e suas sanções

Bianca dos Santos Rangel Olindino ¹

Vinicius Pereira Rangel ²

Alessandra Soares Fernandes ³

1 RESUMO

O presente artigo tem como finalidade entender a definição de Improbidade Administrativa, analisando a Lei nº 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa - LIA, fazendo um paralelo à recente Lei nº 14.230/2021, que reforma alguns de seus dispositivos, tendo como principal crítica, o afastamento da responsabilização do agente que causa dano culposo ao erário, avaliando as sanções e suas aplicabilidades e efeitos para os sujeitos que cometem dolosamente Atos Ímprobos, que inclusive, não são necessariamente agentes públicos, além de abordar e trazer para o estudo os Princípios que regem a Administração Pública, constantes na Constituição Federal de 1988, também conhecidos como LIMPE: Princípio da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, assim como o Princípio da Supremacia do Interesse Público. A pesquisa científica foi feita pelo procedimento bibliográfico e, após estudos, concluímos que a Constituição consagrou mandato expresso de sancionamento de Atos de Improbidade Administrativa e aplicou sanções de natureza não apenas administrativa, mas também política, civil, além da possibilidade de concomitância da responsabilização penal.

Palavras-Chave: Improbidade Administrativa. Sanções. Princípios Administrativos.

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Multivix.

² Graduando em Direito pela Faculdade Multivix.

³ Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Especialista em Direito Público, Processual Civil, Família e Sucessões, e Formação de Professores para a Educação Superior Jurídica pela Universidade Anhanguera. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira - Multivix. Ex-Conselheira de Direitos Humanos de Vitória. Ex-Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética (Biogepe). Ex-Membro da Comissão das Pessoas Portadoras de Deficiência da OAB/ES. Professora da Faculdade São Geraldo (Multivix Cariacica) e Advogada.

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the definition of Administrative Impropriety, analyzing Law No. 8429/1992, known as Administrative Impropriety Law - LIA, making a parallel to the recent Law No. 14.230/2021, which reforms some of its provisions, having as main criticism, the removal of the liability of the agent who causes negligent damage to the treasury, evaluating the sanctions and their applicability and effects for the subjects who intentionally commit Improper Acts, who are not necessarily public agents, in addition to addressing and bringing to the study the Principles governing Public Administration, contained in the Federal Constitution of 1988, also known as CLEAN: Principle of Legality, Impersonality, Morality, Publicity and Efficiency, as well as the Principle of Supremacy of Public Interest. The scientific research was carried out using the bibliographic procedure and, after studies, we concluded that the Constitution established an express mandate for sanctioning Acts of Administrative Misconduct and applied sanctions of a not only administrative, but also political, civil nature, in addition to the possibility of concurrent criminal liability.

KeyWord: Administrative dishonesty. Sanctions. Administrative Principles.

INTRODUÇÃO

O enfoque deste artigo é analisar os Atos de Improbidade Administrativa cometidos por agentes públicos e suas sanções, trazendo para estudo a Leis nº 8.429/1992 também conhecida como LIA – Lei de Improbidade Administrativa e a Lei 14.230/2021, publicada em outubro/2021, que reforma alguns de seus dispositivos, por possuírem a finalidade de prevenir e sancionar aqueles que cometem tais atos, e alguns artigos específicos da Constituição Federal de 1988, visto que a Improbidade Administrativa configura séria violação aos Princípios regentes da Administração Pública, uma vez que a Ordem Jurídica confere aos agentes públicos alguns deveres e poderes para

que possam satisfazer, de forma eficaz, o interesse público vigente, sendo um desses deveres administrativos, o Dever de Probidade, exigindo que o agente público atue sempre em conformidade com os referidos Princípios, sendo eles, o da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Quando não obedecido o Dever de Probidade, origina-se a Improbidade Administrativa, através da conduta ilegal, dolosa ou culposa do sujeito, sendo ele agente público no exercício de função, ou apenas um terceiro sem cargo algum no Poder Público, porém, que por um motivo específico, desempenhou alguma função pública, com o intuito de promover o enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou violação dos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

A repressão à Improbidade Administrativa se articula por sanções norteadas pela Carta Magna de 1988, sendo elas de natureza eleitoral (artigos 14, § 9º, e 15, V, CF/88), administrativo (artigo 41, II, CF/88), civil e penal (artigo 37, § 4º, F/88) e político-administrativo (artigo 85, V, CF/88). Sem prejuízo da responsabilidade comum a que todos os agentes públicos se subordinam, cada agente será sancionado de acordo com o cargo e a função exercida, assim como pela responsabilidade do Ato Ímprobo.

Com a alteração da Lei nº 8.429/1992, através da Lei nº 14.320/2021, o conceito de Improbidade Administrativa ficou mais simplificado ao apontar que o sistema de responsabilização por Atos de Improbidade tutelar a Probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, não deixando lacunas sobre as obrigações dos agentes.

Cabe ressaltar que a Improbidade Administrativa é um cancro que corrói a Administração Pública. Pelo seu efeito perverso, que afeta a vida da sociedade causando descrédito e revolta contra a classe dirigente em geral, acaba por minar os Princípios basilares que estruturam o Estado Democrático de Direito. Com isso, o tema em questão visa apresentar os possíveis Atos de Improbidade Administrativa cometidos pelos agentes públicos, bem como suas respectivas sanções, frisando a importância de uma Administração consciente, com administradores probos, comprometidos e respeitadores dos Princípios Éticos.

O objetivo geral deste artigo é compreender os Atos de Improbidade Administrativa constantes na Lei nº 8.429/1992, considerando toda alteração realizada através da Lei nº 14.320/2021, bem como as sanções a serem aplicadas a cada um deles, de acordo com o exposto no §4º, do artigo 37, da Constituição Federal de 1988.

No que tange aos objetivos específicos, a finalidade é identificar os sujeitos abarcados na Improbidade Administrativa (ativo e passivo), pontuar os Princípios que regem a Probidade Administrativa, identificar os Atos de Improbidade Administrativa cometidos por agentes públicos, bem como, identificar as possíveis sanções à serem aplicadas aos agentes infratores.

Para se chegar aos objetivos delimitados por este artigo, foi utilizada, como técnica procedimental, a pesquisa bibliográfica, que foi escolhida com o intuito de possibilitar maior conhecimento mediante pesquisas ou estudos de outras pessoas, por meio de materiais já publicados, objetivando construir um novo saber fundamentado em informações e conhecimentos prévio sobre o referido tema.

No que tange ao acesso as fontes de consulta, tendo em vista o cenário de pandemia que estamos vivenciando, além das consultas físicas, também foram feitas consultas online nas legislações pertinentes ao assunto em tela, aos livros disponíveis nas bibliotecas digitais, bem como aos artigos científicos já publicados, os quais foram extraídos os principais trechos, sendo fundamentados de acordo com o desenvolver deste artigo.

No primeiro momento, foi feito um estudo sobre a definição de Improbidade Administrativa, que, por sinal, está muito ligada à ilegalidade e imoralidade dos atos cometidos no Poder Público. Obviamente que no discorrer do artigo, foi tratado de todos os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, mas urge salientar que os Princípios da Legalidade e Moralidade são primordiais para manutenção de uma Administração sem máculas.

Foi feito, também, um breve relato histórico da Improbidade Administrativa, desde a Constituição de 1824 até os dias atuais, apontando as significativas alterações realizadas.

Findada a compreensão de Improbidade Administrativa, foi abordado os sujeitos envolvidos no referido ato, sendo eles o sujeito ativo, aquele que pratica o Ato Ímprobo, e que não necessariamente deve ser um agente público, como veremos a seguir, e o sujeito passivo, aquele que é lesado, ou seja, o Ente Público.

Além disso, vimos também, quando um sujeito não será responsabilizado, conforme exposto na Lei nº 14.320/2021, que reformou alguns dispositivos da Lei 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa – LIA.

Por conseguinte, falamos dos Princípios Constitucionais que norteiam e moldam as condutas dos agentes públicos, tais como: Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Moralidade, Princípio da Publicidade, Princípio da Eficiência, além de tratarmos do Princípio da Supremacia do Interesse Público.

Foi pontuado, ainda, a extrema importância que os Princípios Administrativos ocupam no Ordenamento Jurídico, sendo aplicados não apenas na Lei de Improbidade Administrativa, mas também, na Constituição Federal, na Lei de Licitações e na Lei de Processos Administrativos.

Após, como desígnio principal deste artigo, foi levantado quais os Atos de Improbidade Administrativa podem ser cometidos pelos agentes e quais deles serão passíveis de punições Administrativas, Políticas, Cíveis E Penais. Insta frisar que foi realizado um estudo minucioso de todos os Atos Ímprobos constantes nas Leis supramencionadas.

Visando melhor compreensão, foi utilizado exemplos de julgados, ou seja, decisões pacificadas dos Tribunais, referentes às punições de cada Ato de Improbidade Administrativa tipificado neste artigo.

Por fim, diante ao exposto e de corriqueiras notícias de corrupção no País, Estados e Municípios, nada mais pertinente que realizar um estudo a respeito do referido tema, de modo a entender o que é a Improbidade Administrativa e como que se sanciona um sujeito e/ou agente público que comete um Ato Ímprobo no exercício de suas atividades.

Desse modo, o presente artigo tem o seguinte questionamento: Quais os Atos de Improbidade Administrativa cometidos pelos agentes públicos e suas respectivas sanções?

1. DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Para o bom tratamento e execução da política e Administração Pública, dar-se-á necessidade do exímio cumprimento das regras que constituem os Princípios Fundamentais da Administração Pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Deste modo, a Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

O agente deve agir conforme estabelecido no dispositivo legal, servindo de exemplo de bons modos e costumes. Não obstante, o entendimento de Di Pietro (2018) é bastante claro quando diz que não existe razão alguma para que os agentes políticos escapem à regra, até porque, pela posição que ocupam, têm maior compromisso com a Probidade Administrativa, devendo ser espelho para os demais. Ou seja, quanto maior o cargo ou a visibilidade do agente no Poder Público, maior deveria ser a sua responsabilidade para com a Administração e principalmente, para com a sociedade.

O descaso com o Princípio da Moralidade resulta no Ato de Imoralidade, ou seja, afronta a Honestidade, o Respeito à Igualdade, o Dever de Lealdade, a Dignidade Humana, dentre outros postulados éticos e morais. Já a Improbidade, ou ausência de Probidade, refere-se à má qualidade de uma Administração, uma Imoralidade Administrativa qualificada, decorrente de ações ou omissões do agente competente.

A Improbidade Administrativa, assunto em questão, já vem sendo discutido há muito tempo. Segundo Ximenes (2016), apesar de a Constituição Imperial de 1824 consagrar a “irresponsabilidade do imperador”, uma vez que o considerava inviolável, previa a responsabilização dos Ministros de Estado, mesmo em casos de ordem do

Imperador, previsão essa regulamentada pela Lei de 15 de outubro de 1827 a qual proporcionou a possibilidade de qualquer cidadão denunciar Ministro, perante a Câmara dos Deputados, pela prática de ato que desencadeasse o desperdício dos bens públicos, que hoje, dizemos que está infringindo o Princípio da Eficiência.

Com isso, as sucessivas Cartas Constitucionais, trouxeram em seu teor a previsão do perdimento de bens, em caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública. No entanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual deixou de delimitar os casos de Improbidade Administrativa, concedeu ao Ministério Público a condição de principal órgão defensor dos interesses públicos e anseios da coletividade, assegurou-se uma significativa evolução no combate à Imoralidade Administrativa praticada pelos agentes públicos.

Já no ano de 1992, o então presidente Fernando Collor de Melo sancionou a Lei Federal nº 8.429, que prevê os Atos de Improbidade Administrativa como o dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos Princípios Administrativos, tal Lei transformou os contornos para a efetiva concretização dos Princípios Administrativos, suprimindo a lacuna jurídica deixada pelo §4º da CF/1988. Para Mazza (2018), trata-se de um “divisor de águas” no combate a corrupção. Sendo uma Lei Federal de caráter Nacional que normatiza a responsabilidade do agente público que comete ato de desonestidade no exercício da função pública.

O dispositivo legal permite a punição de um agente público condenado por Improbidade Administrativa tanto na esfera cível como na esfera penal do Direito, definindo como Administração Pública, para este fim, toda Administração Direta, Indireta ou Fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade pública.

A punição para os sujeitos que praticam Atos de Improbidade Administrativa se alinha no § 4º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, cujas sanções cominadas não sendo de cunho criminal, resultam de sentença prolatada na senda da persecução judicial cível. De tal forma, o agente ou terceiro eventualmente beneficiado pela perpetração de qualquer Ato Ímprobo poderá responder com a perda dos bens ou

valores indevidamente acrescidos ao seu patrimônio; e/ou perda da função pública (quando houver); e/ou suspensão dos direitos políticos de três a dez anos.

Em 25 de outubro de 2021, o Presidente sancionou alteração na Lei nº 8.429/1992, através da Lei nº 14.320/2021. A medida define mais claramente o conceito de Improbidade Administrativa ao explicitar que o sistema de responsabilização por Atos de Improbidade tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.

Além disso, a alteração prevê, que os Atos de Improbidade dependem de condutas dolosas, ou seja, quando houver a vontade livre e consciente do gestor na prática do ilícito. Desse modo, a Lei de Improbidade Administrativa deixa de prever punição para atos culposos de Improbidade, praticados sem a intenção de cometer o ilícito, o que não significa que atos ilícitos culposos deixarão de existir ou que não serão passíveis de punição, mas que tais ilícitos serão tratados por outros diplomas normativos.

Importante alteração também ocorreu no sentido de conferir ao Ministério Público a legitimidade exclusiva para propor a Ação de Improbidade, que seguirá o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil.

1.1. DOS SUJEITOS

A Lei nº 8.429/1992 contempla em seu artigo 2º, a definição de agente público, senão vejamos:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992)

Ao falar sobre os sujeitos envolvidos no Ato de Improbidade Administrativa, logo pensamos em agente público como servidor público, mas, no entanto, este servidor é apenas uma espécie do gênero agente público. O conceito deste é mais amplo, e abrange também pessoas que não tem cargo na Administração, no entanto por seu

conhecimento técnico ou alguma prerrogativa é chamado a desempenhar uma função pública. Neste sentido o agente público, mesmo sem ter cargo, pode exercer uma função pública, como é o caso dos mesários nas eleições, e diante do fato de exercer uma função pública, pode este agente caso pratique alguma conduta considerada ímproba, vir a ser alcançado pela Lei de Improbidade Administrativa (MEIRELLES, 2016).

Para que ocorra o Ato de Improbidade Administrativa, segundo Neves e Oliveira (2020, p. 25), é necessário o envolvimento de determinadas pessoas que chamamos de sujeitos. “Os sujeitos da improbidade administrativa são as pessoas, físicas ou jurídicas, envolvidas com a atuação ímproba e mencionadas na Lei 8.429/1992”.

Tais sujeitos podem ser considerados ativos ou passivos, dependendo da sua atuação no Ato Ímprobo, senão vejamos:

Destaque-se, desde logo, que as definições dos sujeitos passivos e ativos são relacionais e interligadas, ou seja, somente será considerado ato de improbidade administrativa aquele praticado pelos referidos sujeitos ativos contra os sujeitos passivos enumerados no art. 1.º da LIA (NEVES; OLIVEIRA, 2020, p. 25).

No que tange ao sujeito ativo, cometem os Atos Ímprobos os agentes públicos e terceiros, nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei nº 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, vejamos:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992).

Como visto, a Lei nº 14.230/2021 alterou os artigos 2º e 3º da Lei nº 8.429/1992. O artigo 2º ficou mais bem elaborado, apontando minuciosamente quem são os agentes que podem ser responsabilizados para efeito da Lei. Já o artigo 3º, por sua vez, alterou a quem se deve imputar as sanções, sendo apenas, para aqueles que concorrerem dolosamente para a prática do Ato de Improbidade.

O §2º do artigo 1º, da Lei nº 8.429/1992, trás a definição de dolo para melhor compreensão, vejamos:

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992).

Outrora, aqueles envolvidos culposamente, ou seja, mesmo sem intenção, também eram responsabilizados.

O sujeito ativo, como dito, é aquele que promove o Ato Ímprobo, ou seja, pratica o Ato de Improbidade Administrativa, concorre para sua prática ou, ainda, aufere alguma vantagem indevida em razão desse ato, podendo ser os agentes públicos ou terceiros, conforme identificados na Lei nº 8.429/1992, *in verbis*:

O sujeito ativo da improbidade administrativa é a pessoa física ou jurídica que comete atos de improbidade administrativa tipificados no ordenamento jurídico. O ímprobo, sujeito ativo na relação de direito material, será réu na ação de improbidade administrativa (NEVES; OLIVEIRA, 2020, p. 25).

Diante ao exposto, nota-se que, para a caracterização de sujeito ativo da Improbidade, o agente público necessariamente precisa estar vinculado ao Poder Público, mesmo que sem remuneração. É o caso de estagiários, conciliadores, integrantes de comissões administrativas e outras funções do gênero. Importa apenas que o ato seja praticado no exercício dessas funções (CARVALHO FILHO, 2017).

Já o sujeito passivo dos Atos de Improbidade Administrativa, de acordo com Fazzio Júnior (2016, p. 24), são as pessoas jurídicas que são vítimas desses atos, isto é, todas as entidades passíveis de serem atingidas de alguma maneira pelas condutas lesivas de tal natureza, “a que foi lesionada no seu patrimônio ou na sua integridade como ente administrativo, por conduta ímproba de agentes públicos e terceiros”.

Os parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 1º, da Lei nº 8.429/1992 relaciona as pessoas jurídicas, públicas e privadas, que podem ocupar o pólo passivo dos Atos Ímprobos, vejamos:

§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992).

Com isso, vale destacar, também, as explanações feitas por Waldo Fazzio Junior (2016, p. 40), em relação a quem pode ocupar o pólo passivo da Improbidade Administrativa, vejamos:

1. entes federativos (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios);
2. órgãos administrativos centrais de todos os níveis;
3. entidades da Administração indireta (autarquias, agências reguladoras, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações);
4. órgãos dos parlamentos de todos os níveis;
5. órgãos judiciários de todos os níveis;
6. órgãos do Ministério Público federais e estaduais;
7. tribunais de contas de todos os níveis;
8. empresas incorporadas, controladas e dependentes do controle do Poder Público; e
9. entidades privadas que gerem verbas, contribuições, subvenções ou beneficiárias de incentivos públicos.

Nesse sentido, entende-se que o sujeito passivo abrange todas as pessoas jurídicas públicas, a Administração Direta e Indireta, empresas que, mesmo não integrando a Administração Indireta e não tendo a qualidade de sociedade de economia mista ou empresa pública, pertencem ao Poder Público, porque uma vez foram incorporadas a ele e também empresas que cuja criação teve o erário público mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual (DI PIETRO, 2016).

2. DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Como já mencionado anteriormente, para garantir o profissionalismo por parte dos servidores públicos e a prestação de serviços que atendam aos interesses da sociedade, está previsto no artigo 37, da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (BRASIL, 1988)

Entender tais Princípios é fundamental para analisar a atuação dos funcionários públicos brasileiros e compreender suas atribuições, competências e limites.

É válido abordar que, além dos Princípios Constitucionais destacados acima, a Lei de Processo Administrativo e a Lei de Licitações são de igual forma, importantes na definição dos fundamentos da função administrativa.

A Lei Federal nº 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração e traz em seu artigo 2º, vejamos:

Art. 2º - A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. (BRASIL, 1999)

Já a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais de Licitação e contratação para as Administrações Públicas Diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e prevê em seu artigo 5º a observação dos Princípios, vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (BRASIL, 2021)

Capez (2015), pontua os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos como primordiais, tendo em vista a edição da Lei Federal nº 8.429/1992, sendo os agentes públicos de qualquer nível de hierarquia, obrigados a velar pela estrita observância destes.

É de suma importância frisar que a inobservância ou o simples fato de não seguir os Princípios estabelecidos, faz com que o agente público incorra em Improbidade

Administrativa, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA).

De maneira muito objetiva, pode-se afirmar que o Princípio da Legalidade consiste no fato de que alguém só está obrigado a fazer, ou deixar de fazer, alguma coisa, em virtude de Lei.

Segundo Carvalho Filho (2017) o Princípio da Legalidade é certamente um dos Princípios mais importantes e merece maior destaque diante da conduta dos agentes da Administração. O Princípio em síntese traz que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por Lei e caso tal atividade não seja regulada e autorizada por Lei, essa atividade se torna ilícita. Tal premissa, consagrado após séculos de evolução política, reafirma que o Estado tem que respeitar as próprias Leis que cria e edita.

Matias Pereira (2018), entende que o Princípio da Legalidade impera que os atos devem ter uma estreita obediência aos ditames legais que regem a sua atuação, sejam na Constituição Federal, e na Legislação Complementar e Ordinária, bem como em normas regimentais, de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, conforme o caso.

O Princípio da Impessoalidade, também conhecido como Igualdade ou Isonomia, reza que a Administração deve atender a todos administrados sem discriminações e favorecimentos, ou seja, todos devem receber igual tratamento. Segundo Berwig (2019, p. 65), este Princípio impõe à Administração Pública o dever de respeitar o Direito de Igualdade dos Administrados e de não se valer da máquina pública para lograr proveito pessoal ou de outrem. “Este princípio visa justamente a estabelecer que as atuações administrativas sejam desconectadas de razões pessoais, eis que visam ao interesse maior, que é da coletividade”.

Conforme entendimento de Mello (2018), o Princípio da Moralidade está ligado à lisura, boa-fé, bem como, aos fins de interesse público. Exige que o administrador público pautar suas condutas, sempre, nas normas morais. Ele impõe aos agentes públicos o dever de observância da Moralidade Administrativa, exigindo respeito a padrões éticos, de boa-fé, decoro, lealdade, honestidade e probidade na prática diária de boa administração.

O Princípio da Publicidade, de acordo com Moreira (2020, p. 96), “trata-se de instrumento destinado a garantir a transparência, possibilitando o exercício do [controle] social sobre os atos públicos”, fazendo com que a sociedade possa promover o controle externo de fiscalização.

Tal princípio faz com que o Poder Público aja com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

Outro Princípio, não menos importante para a Administração Pública, é o Princípio da Eficiência. Tal Princípio estabelece que não basta ao administrador proceder a seus Atos com Legalidade e Moralidade, é necessário que seus atos gerem resultados satisfatórios a Administração Pública. O intuito é equilibrar todos os Princípios juntos e disso colher resultados eficazes.

O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello (2018), trata este Princípio como Princípio da Boa Administração, dessa forma inferimos que a Boa Administração é aquela capaz de aliar os atos normativos e éticos e ao fim ser capaz de propiciar um bom resultado ao interesse público.

O Princípio da Eficiência foi inserido no texto Constitucional através da EC 19/1998, no caput do artigo 37 da Constituição Federal, ao lado dos já postulados Princípios da Legalidade, da Moralidade, da Impessoalidade e da Publicidade.

Nesse sentido explica José dos Santos Carvalho Filho (2017, p. 83), vejamos:

Com a inclusão, pretendeu o Governo conferir direitos aos usuários dos diversos serviços prestados pela Administração ou por seus delegados e estabelecer obrigações efetivas aos prestadores. Não é difícil perceber que a inserção desse princípio revela o descontentamento da sociedade diante de sua antiga impotência para lutar contra a deficiente prestação de tantos serviços públicos, que incontáveis prejuízos já causaram aos usuários. De fato, sendo tais serviços prestados pelo Estado ou por delegados seus, sempre ficaram inacessíveis para os usuários os meios efetivos para assegurar seus direitos. Os poucos meios existentes se revelaram insuficientes ou inócuos para sanar as irregularidades cometidas pelo 16 Poder Público na execução desses serviços.

Dentre os Princípios que regulam a relação entre Estado e particular, destaca-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o particular, que se caracteriza pela privilegiada posição dos Órgãos Públicos Administrativos nas relações com os particulares. Sobre tal privilégio, a atuação do agente público, frente a sua conduta no

exercício de seu cargo, deve sempre levar em conta que havendo qualquer conflito de interesse entre viés particular e interesse público coletivo, deverá prevalecer o interesse público.

Segundo Fernanda Marinela (2016, p. 82), no que tange ao Princípio da Supremacia do Interesse Público, vejamos:

Embora o princípio da supremacia do interesse público favoreça a Administração com um patamar de superioridade em face dos administrados, também lhe exige maiores cuidados e obediência a inúmeras formalidades, tendo em vista que essa atuação deve ocorrer nos limites da lei, não podendo esse interesse ser livremente disposto pelo administrador. Assim, o princípio da indisponibilidade serve para limitar a atuação do agente público, revelando-se um contrapeso à superioridade descrita no princípio da supremacia, podendo se afirmar que, em nome da supremacia do interesse público, o Administrador pode muito, pode quase tudo, mas não pode abrir mão do interesse público.

O Princípio da Supremacia do Interesse Público define privilégios jurídicos no sentido de superioridade do interesse da Administração Pública sobre o interesse do particular. Nesse sentido, a Supremacia é considerada um Princípio Geral do Direito. Trata-se de Princípio que não está expresso no texto da Constituição, embora se encontre em inúmeras Regras Constitucionais. A superioridade do interesse público encontra-se ainda nos demais institutos de intervenção do Estado na propriedade privada, além da desapropriação e da requisição para servidão administrativa (MARINELA, 2016).

Os Princípios ocupam no Ordenamento Jurídico uma função basilar, eles são capazes de promover inspiração para produção de normas, suprem lacunas e promovem auxílio na interpretação normativa. Além disso, urge salientar que os Princípios ocupam a função norteadora, uma vez que indicam qual postura o agente deve adotar.

3. DOS ATOS DE IMPROBIDADE COMETIDOS PELOS AGENTES

Os Atos de Improbidade Administrativa constituem infrações de natureza civil e política, embora produza efeitos na esfera administrativa, penal e civil.

A respeito deste dispositivo, também ocorre uma interpretação ampla. Qualquer que seja a atividade desempenhada, bem como os particulares que atuem em entidades que recebam verbas públicas. Essas diversas espécies de agentes públicos podem ser: agentes políticos, agentes particulares colaboradores, servidores públicos e agentes meramente particulares devem responder na medida de seus atos, conforme aponta Capez (2015, p. 264), senão vejamos:

Objetivando pôr fim à corrupção desenfreada, a qual há vários anos vem sangrando as finanças públicas e envergonhando o País, o constituinte previu, no art. 37, § 4o, que os “atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação” que viessem a ser estabelecidas em lei. Quase quatro anos mais tarde, foi editada a Lei n. 8.429/92, chamada de Lei de Improbidade Administrativa.

Para Capez (2015), a Lei nº 8.429/1992 classificou os Atos de Improbidade Administrativa em três modalidades distintas, sendo elas: atos dos agentes públicos que importem em enriquecimento ilícito, atos dos agentes públicos que causem dano ao erário e atos dos agentes públicos os quais violem os Princípios Gerais da Administração Pública.

O ato dos agentes que importem em enriquecimento ilícito ocorre quando há a transferência de bens, valores ou direitos, de uma pessoa para outra, quando não é caracterizada uma causa jurídica adequada que comprove tal transação. No entendimento de Mazza (2018, p. 853), é quando “o agente público auferir dolosamente uma vantagem indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade pública”.

O artigo 9º, incisos I ao XII da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, trás as possíveis condutas de cometimento de Ato de Improbidade Administrativa que importam em enriquecimento ilícito, senão vejamos:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer dado técnico que envolva obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no **caput** deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei. (BRASIL, 1992)

Segundo Fazzio Junior (2016), o agente público desempenha sua função a serviço da coletividade, inclusive dos seus próprios interesses como parcela da coletividade, como membro daquela sociedade. Ainda assim, o agente para aumentar seu

patrimônio particular, realiza a figura do artigo 9º supracitado, deixando de atender as expectativas sociais através de seus interesses egoísticos, se valendo da posição privilegiada que ocupa na esfera pública, vindo a importar enriquecimento indevido, tendo como consequência a modalidade mais grave de Improbidade Administrativa, ferindo de forma mais contundente o interesse republicano.

De acordo com a leitura do artigo 9º da Lei 8.429/1992, percebe-se que importa em enriquecimento ilícito, auferir qualquer vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no artigo 1º da referida Lei.

Em geral, o enriquecimento ilícito é o resultado de qualquer ação ou omissão que possibilite ao agente auferir uma vantagem não prevista na Lei.

Destarte, o enriquecimento ilícito acarreta na perda dos bens ou valores acrescidos ao patrimônio daquele agente que cometeu o Ato Ímprobo, podendo, da mesma forma, ser decretada a indisponibilidade dos bens, como forma de recomposição pela malversação perpetrada, conforme preceitua a Lei de Improbidade Administrativa (NEVES; OLIVEIRA, 2014).

Para a caracterização do Ato de Improbidade Administrativa que importa enriquecimento ilícito ao agente ou a terceiro, é indispensável que reste demonstrado o elemento subjetivo, qual seja, o dolo do agente para a prática do Ato Ímprobo e em consequência a obtenção da vantagem ilícita. Cabe ressaltar que a mera configuração da culpa não é suficiente para a tipificação do Ato Ímprobo diante do artigo 9º, reafirmando a necessidade da comprovação do dolo do agente, ou seja, a externalização da vontade em obter vantagem que sabe ser indevida (NEVES; OLIVEIRA, 2014).

No que tange aos Atos de Improbidade que causam prejuízo ao erário público ocorrem quando aqueles que, conforme expõe o artigo 10 da Lei 8.429/1992, um agente público, ou particular que concorra com o referido agente na execução ou indução do ato, pratica mediante qualquer ação ou omissão dolosa, que ocasione perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento, ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades constantes no artigo 1º da LIA, podendo o ato, ser comissivo,

ou seja, mediante ação do agente, ou omissivo, em que não houve ação efetiva do agente quando este devia tê-la realizado.

O artigo 10, incisos I ao XXII da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, trás as possíveis condutas de cometimento de Ato de Improbidade Administrativa que causam dano ao erário, como por exemplo: Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no artigo 1º desta Lei; Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no artigo 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; Permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no artigo 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado; Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea; Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular; Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente; Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

O Estado é, de fato, personificado através de seus agentes, e assim, permite a formação do erário que, através da contribuição dos cidadãos, se torna benefício voltado para o serviço da comunidade.

Diante, de toda a exposição de casos noticiados nos veículos de comunicação, observa-se que se torna “comuns” certas práticas ilícitas, causando um prejuízo para aqueles que mais necessitam que os Direitos e Garantias Constitucionalmente previstos deixem de ser prestados, ou ate mesmo venham a ser atendidos, porém com precariedade. Nesse sentido, Silva (2017, p. 43) aponta que:

Os efeitos causados pelo ato de improbidade transcendem a esfera administrativa, causando a deficiência ou a imprestabilidade do serviço público, e reverberam na vida dos cidadãos que necessitam de tais serviços. Logo, daí se infere que o dano suportado pelo cidadão usuário do serviço

público se constitui em dano reflexo do ato de improbidade causado pelo agente em face da administração.

Matos (2016) aborda duas razões para a necessidade do zelo com o erário. Do ponto de vista econômico, os prejuízos causados devido aos atos ilícitos de Improbidade Administrativa tanto por agentes públicos como por terceiros são enormes e causam grande deficiência nos cofres públicos. Do ponto de vista político, a sociedade é prejudicada por conta de tais atos. E, como razão jurídica, entende-se que a prescrição fornece proteção e estímulo aos atos ilegais. Para o autor, as sanções contra Atos de Improbidade Administrativas que causam prejuízo ao erário não são medidas de proteção do Estado, e sim ferramentas que inibam tais atos ilícitos visando o não prejuízo para a sociedade.

De acordo com Carvalho Filho (2017), o intuito do legislador reside na preservação do patrimônio público e não apenas em proteger o erário em si, com suas dotações e recursos, como em todos os outros bens e valores que compõem o patrimônio público, impondo um maior zelo e proteção também ao patrimônio imaterial, como marcas, patentes, direitos autorais e criações tecnológicas. Nesse sentido, para a caracterização do Ato Ímprobo é exigível a ocorrência de dano ao patrimônio público em sentido amplo.

Insta frisar que os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, que é a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.

Nesse sentido, ainda que a conduta realizada pelo agente não importe em enriquecimento ilícito ou cause algum dano ao erário, tal conduta deve obedecer aos Princípios da Administração Pública, sob pena de ser considerado um Ato Ímprobo.

No entanto, o Ato de Improbidade Administrativa que atenta contra os Princípios da Administração está diretamente ligada com os outros Atos Ímprobos já destacados, ou seja, se o ato importou em enriquecimento ilícito ou danos ao erário, resta evidenciado que o agente também estará afrontando os Princípios norteadores (PAZZAGLINI FILHO, 2015).

Para incorrer aos atos dos agentes públicos que violam os Princípios Gerais da Administração Pública, não basta ao agente público o dever de observar os Princípios

norteadores da Administração Pública. Sua conduta deve sempre estar pautada na Probidade, com vistas à obediência as normas legais, ao zelo, diferentemente do apego pelo patrimônio público e principalmente, fazendo ciência às autoridades superiores caso esteja diante de evidentes irregularidades das quais tenha conhecimento ao razão do cargo que ocupa.

O artigo 11, incisos I ao XII da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, trás as possíveis condutas de cometimento de Ato de Improbidade Administrativa que violam os Princípios Gerais da Administração Pública, vejamos:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas. (~~Vide Medida Provisória nº 2.088-35, de 2000~~) (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)(Vigência)

[...]

XI - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992)

Para Carvalho Filho (2017), pelo fato de a Administração atuar em nome de terceiros ela não tem a livre disposição dos bens e interesses públicos. Por essa razão é que os bens públicos só podem ser alienados na forma em que a Lei dispuser. Da mesma forma, os Contratos Administrativos, como regra, que se realize Licitação para encontrar quem possa executar obras e serviços de modo mais vantajoso para a Administração.

Ainda no entendimento de Carvalho Filho (2017), com a positivação dos Princípios norteadores, entende-se que o Ato de Improbidade que atente contra algum dos Princípios, ensejará também na violação direta ao Princípio da Legalidade, uma vez que o agente público só deve agir em conformidade com a Lei, diferentemente do particular.

3.1. DAS SANÇÕES APLICADAS PELOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

As sanções definem-se como parte da Lei que determina as punições daqueles que a desobedecem. O §4ª do artigo 37 da Carta Magna de 1988, versa sobre as sanções aplicadas aos agentes públicos pela prática de Improbidade Administrativa, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. (BRASIL, 1988)

Cabe destacar a Súmula nº 651 do Superior Tribunal de Justiça – STJ que dá a autonomia da autoridade administrativa de punir o servidor pela prática de Improbidade Administrativa, vejamos:

Súmula 651-STJ: Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública. (Primeira Seção. Aprovada em 21/10/2021)

Para o STJ, é possível a demissão de servidor por Improbidade Administrativa em processo administrativo disciplinar.

A pena de demissão não é exclusividade do Poder Judiciário, sendo dever da Administração apurar e, eventualmente, punir os servidores que vierem a cometer ilícitos de natureza disciplinar.

Além disso, vigora o Princípio da Independência das Instâncias, conforme expressamente prevê o caput do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

No que diz respeito à tutela da Administração Pública, evidencia-se uma relação estreita entre o Direito Penal e o Administrativo. Dessa relação, questões como a diferenciação dos ilícitos penais e administrativos, e sanções de cada um desses ramos merecem análise mais detida, para uma maior eficácia na repressão de condutas lesivas à sociedade e ao Estado.

Segundo Carvalho Filho (2017), é possível afirmar que estamos diante de entidades distintas e que não se excluem, podendo ser processadas separadamente, em procedimentos autônomos, com resultados absolutamente distintos, embora desencadeados pelo mesmo fato.

Todavia, insta frisar que a imputação de um não afasta e vincula os demais, exceto por absolvição penal por negativa de autoria ou ausência de materialidade (MAZZA, 2018).

Portanto, conforme os posicionamentos acima mencionados, tem-se que as sanções aplicadas pela Lei de Improbidade em nada coincide com aquelas previstas na Lei

dos Crimes de Responsabilidade, não havendo nenhum óbice a aplicação conjunta desses dois institutos.

O artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.429/1992, reza sobre as penalidades previstas para os agentes que comentem Atos de Improbidade Administrativa que importam em enriquecimento ilícito, vejamos:

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992)

Ao olhar a evolução dos mecanismos da atividade administrativa, fica claro que a Lei de Improbidade Administrativa traduz de certo modo à exteriorização jurídica de uma indignação social, que foi acesa com uma constante e permanente ameaça dos recursos destinados a coletividade.

De acordo com Fazzio Junior (2016), ao estabelecer tais sanções para o agente em caso de enriquecimento ilícito, a Lei controla os poderes que são outorgados aos seus agentes para que estes possam o utilizar em favor da coletividade, visando assegurar o correto direcionamento do serviço público e evitando que os agentes públicos não ajam em proveito próprio.

Identificado o bem jurídico tutelado e, prevista a norma jurídica que tem por fim preservá-lo, deve ser estabelecida a sanção que sofrerá o infrator, ressaltando que as esferas administrativa, civil e penal são independentes, não se excluindo mutuamente. As responsabilidades podem incidir simultaneamente, sendo possível que a mesma conduta configure infração administrativa, acarrete dano à Administração e seja tipificada como crime.

Para a caracterização do Ato de Improbidade Administrativa que importa enriquecimento ilícito ao agente ou a terceiro, é indispensável que reste demonstrado

o elemento subjetivo, qual seja, o dolo do agente para a prática do Ato Ímprobo e em consequência a obtenção da vantagem ilícita. Para Neves e Oliveira (2014), cabe ressaltar que a mera configuração da culpa não é suficiente para a tipificação do Ato Ímprobo diante do artigo 9º, reafirmando a necessidade da comprovação do dolo do agente, ou seja, a externalização da vontade em obter vantagem que sabe ser indevida.

Segue alguns exemplos e pacificações dos Tribunais quanto ao ato de enriquecimento ilícito, vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. COBRANÇA DE VALORES DE PACIENTE ATENDIDO PELO SUS. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Os documentos trazidos, juntamente com os depoimentos prestados nos autos, comprovam o ato ilícito praticado pelo apelante, bem como o dolo do agente, nos termos do art. 9º, inciso I, e art. 11, inciso I da Lei de Improbidade Administrativa. Redução da penalidade imposta, diante da gravidade da conduta, em atenção ao princípio da proporcionalidade. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70057196396, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Julgado em 09/07/2014) (TJ-RS - AC: 70057196396 RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Data de Julgamento: 09/07/2014, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/07/2014).

EMENTA: EMBARGANTE: SIRLANE FREITAS SOUZA EMBARGADO: MPEMT - SORRISO EMENTA RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RAZÃO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO – ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA – NÃO CONFIGURADA – FUNÇÃO PÚBLICA VERIFICADA – ENRIQUECIMENTO ILÍCITO CONFIGURADO – RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. 1. É um saber público e notório, que o Ministério Público possui legitimidade, para promover a Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa em função de Enriquecimento Ilícito, consoante pode ser constatado no art. 17 da Lei nº 8.429/92. “Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.”. Desta forma, restando evidente o enriquecimento ilícito, auferido em razão da função pública, não há que se falar em ilegitimidade ativa do Ministério Público, uma vez que a propositura da Ação Civil Pública de Improbidade é prerrogativa do Órgão. Recurso de Apelação Desprovido. (TJ-MT 00019770220158110040 MT, Relator: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 06/10/2021, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 19/10/2021).

Restando configurado o Ato de Improbidade Administrativa por dano ao erário, segundo Di Pietro (2016), admite-se a aplicação das sanções de forma individual ou cumuladas, a fim de controlar a pequena parcela de poder que é outorgada aos agentes públicos em exercício da função e em consequência resguardar os interesses

da Administração Pública e da coletividade, possibilitando uma indisponibilidade de bens dos autores dos Atos Ímprobos, evitando que se desfaçam de seus bens e inviabilizem uma futura execução do Estado para que seja integralmente ressarcido o dano.

No que tange as penalidades para os agentes que causam dano ao erário, o artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.429/1992, trás as seguintes punições, vejamos:

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

II – na hipótese do art. 10 desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992)

No ponto de vista de Carvalho Filho (2017), o intuito do legislador reside na preservação do patrimônio público e não apenas em proteger o erário em si, com suas dotações e recursos, como em todos os outros bens e valores que compõem o patrimônio público, impondo um maior zelo e proteção também ao patrimônio imaterial, como marcas, patentes, direitos autorais e criações tecnológicas. Nesse sentido, para a caracterização do Ato Ímprobo é exigível a ocorrência de dano ao patrimônio público em sentido amplo.

É importante ressaltar que o termo “erário” não se confunde com patrimônio público, é um sentido mais amplo. Para melhor compreensão, Neves e Oliveira (2016, p. 99) afirmam que:

Da A expressão “erário”, no caso, compreende os recursos financeiros provenientes dos cofres públicos da Administração Pública direta e indireta, bem como aqueles destinados pelo Estado às demais entidades mencionadas no art. 1.º da LIA.

Diferentemente, o vocábulo “patrimônio público” possui conotação mais ampla e compreende não apenas os bens e interesses econômicos, mas também aqueles com conteúdo não econômico. O art. 1.º, § 1.º, da Lei

4.717/1965 (Lei da Ação Popular) considera patrimônio público “os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico”.

Segue alguns exemplos e pacificações dos Tribunais quanto ao ato de dano ao erário, vejamos:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. DANO AO ERÁRIO. DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AOS COFRES PÚBLICOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PELO DANO AOS ERÁRIOS ESTADUAL E MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE PELO DANO AO ERÁRIO ESTADUAL. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Inaplicabilidade da decisão do Supremo Tribunal Federal STF, proferida nos autos do RE nº 669.069, às irregularidades constantes dos autos principais que ensejaram a determinação de ressarcimento, porquanto o dano causado ao patrimônio público decorreu da conduta de agente público que tinha o dever de realizar gestão com observância dos princípios aplicáveis à Administração Pública, entre os quais, da impessoalidade, da eficiência e da economicidade, bem como prestar contas à sociedade. 2. Configura-se a responsabilidade do agente público com a verificação do nexo causal entre a sua conduta comissiva ou omissa e o dano causado ao erário. 3. A assinatura de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência de convênio celebrado na gestão anterior e a não adoção de providência para apurar responsabilidade por ato que ocasiona prejuízo material ao erário são suficientes para a fixação de responsabilidade ao prefeito sucessor. 4. Recurso não provido, mantida a determinação de ressarcimento aos cofres estadual e municipal. Tribunal Pleno. (TCE-MG - RO: 1015556, Relator: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 13/12/2017, Data de Publicação: 12/03/2018).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. RESSARCIMENTO DE DANO CAUSADO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. Em se tratando de pedido para ressarcimento do erário, a ação é imprescritível, nos termos do artigo 37, inciso XII, da Constituição federal de 1988. Precedentes jurisprudenciais. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento Nº 70078249091, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 26/09/2018). (TJ-RS - AI: 70078249091 RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 26/09/2018, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 28/09/2018)

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PROPOSTA DE AFETAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ARTS. 1.036, 1.037 E 1.038 DO CPC/2015 C/C ART. 256-I DO RISTJ, NA REDAÇÃO DA EMENDA REGIMENTAL 24, DE 28/09/2016. CONTROVÉRSIA SOBRE A NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA, PARA FINS DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO, QUANDO RECONHECIDA A PRESCRIÇÃO PARA A IMPOSIÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI 8.429/92. I. Delimitação da controvérsia, para fins de afetação da matéria ao rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 1.036, caput e §§ 1º e 5º, do CPC/2015: "Possibilidade de se promover o ressarcimento do dano ao erário nos autos da Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ainda que se declare a prescrição para as demais punições previstas na Lei n. 8.429/92, tendo em vista o caráter imprescritível daquela pretensão específica". II. Recurso Especial afetado ao rito do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 256-I do RISTJ, na redação da Emenda

Regimental 24, de 28/09/2016). (STJ - ProAfR no REsp: 1899407 DF 2020/0263011-1, Relator: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 20/04/2021, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 30/04/2021)

Já as sanções para os atos que violem os Princípios Gerais da Administração Pública estão previstos no artigo 12, inciso III, da Lei nº 8.429/1992, vejamos:

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

III – na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992)

Urge salientar que, conforme previsão legal, para a fixação das penas previstas na Lei nº 8.429/1992, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

Nos casos de violação aos Princípios da Administração Pública, o Superior Tribunal de Justiça modificou seu entendimento, uma vez que considerava que, nas palavras de Neves e Oliveira (2014, p. 89), vejamos:

De acordo com o STJ, a aplicação do art. 11 da Lei 8.429/1992 depende da comprovação do dolo eventual ou genérico de realizar conduta que atente contra os Princípios da Administração Pública, não sendo necessária a presença de intenção específica (dolo específico) para caracterizar o ato como ímprobo, pois a atuação deliberada em desrespeito às normas legais, cujo desconhecimento é inescusável, evidencia a presença do dolo. Com base nesse entendimento, o STJ manteve condenação por improbidade de médico, servidor público, que emitiu laudo médico para si próprio (STJ, AgRg no AREsp 73.968/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 29.10.2012 - Informativo de Jurisprudência do STJ 505)

Resumidamente, o STJ considerava que, para aplicação das sanções por Improbidade Administrativa, era necessário o dolo específico do agente em agir com má-fé, uma vez que, se assim não fosse considerado, qualquer ilegalidade praticada pelo sujeito ativo poderia ser tida como Improbidade.

Todavia, o STJ unificou a tese de que o dolo genérico é suficiente para configurar a Improbidade decorrente da violação de Princípios da Administração Pública, conforme

visto nos AgInt no AREsp nº. 1.431.117/BA, Rel. Ministra Assusete Magalhães, (STJ, 2019) e AgInt no AREsp nº. 1.366.330/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, (STJ, 2019).

Segue exemplo de julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais quanto ao ato de violação dos Princípios Gerais da Administração, vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS DA MORALIDADE, HONESTIDADE E IMPESSOALIDADE - PAGAMENTO DE PROPINA - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO - DOLO GENÉRICO - CULPA - CONFIGURAÇÃO - CONDENAÇÃO. 1 - Nos termos do art. 370 do CPC, pode o juiz indeferir as diligências que forem inúteis ao julgamento da causa ou meramente protelatórias. 2 - Comete improbidade administrativa o agente público que atente contra os princípios da administração pública: " ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, impecato, imparcialidade, legalidade às instituições. 3 - A caracterização dos atos de improbidade mencionados no art. 10 da Lei nº. 8.429/92, relativos à ocorrência de dano ao erário, pode ocorrer, no tocante ao elemento subjetivo, mediante comprovação de dolo ou culpa do agente. (TJ-MG - AC: 10693130077458001 Três Corações, Relator: Jair Varão, Data de Julgamento: 24/09/2020, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 30/09/2020)

Cabe ressaltar que as condutas de Improbidade Administrativa podem não ser sancionadas, caso não sejam denunciadas em tempo hábil, visto a previsão de prescrição contida no artigo 23, da Lei 8.429/1992, que passou a ser de 8 (oito) anos e não 5 (cinco) anos, como previsto anteriormente, vejamos:

Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

§ 1º A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Encerrado o prazo previsto no § 2º deste artigo, a ação deverá ser proposta no prazo de 30 (trinta) dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º O prazo da prescrição referido no **caput** deste artigo interrompe-se: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - pela publicação da sentença condenatória; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

III - pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

IV - pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

V - pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º O juiz ou o tribunal, depois de ouvido o Ministério Público, deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora e decretá-la de imediato, caso, entre os marcos interruptivos referidos no § 4º, transcorra o prazo previsto no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (BRASIL, 1992)

Mesmo com o grande avanço do Direito Administrativo, visto a alteração da Lei de Improbidade Administrativa, sendo focado para o Direito Penal, por se tratar de Direito Sancionador, vale lembrar que, na hipótese da Improbidade Administrativa, o Princípio Constitucional da Retroatividade da Lei mais Benéfica, caso da Lei nº 14.230/2021, deve ser aplicado ao campo administrativo e judicial sancionador, cenário no qual se inserem Atos Ímprobos, justamente por que, assim como a Lei Penal, a Lei de Improbidade também prevê em seu corpo estrutural um coletivo de sanções e penalidades.

Posto isso, caso a nova Lei seja mais benéfica para o imputado, no que tange suas punições, a referida deve ter aplicação imediata nos casos em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível extrair do presente estudo que Lei de Improbidade Administrativa - LIA foi editada com o escopo do artigo 37, § 4º, da Constituição Federal de 1988, que determina a reparação dos danos causados ao patrimônio público pelos agentes que cometerem Atos Ímprobos, positivando também Princípios a serem estritamente seguidos pelos agentes públicos, para que assim se alcance uma Administração Moral, Honesta e com enfoque na Moralidade, devendo o agente priorizar a Boa-Fé, a Honestidade, a Moral e a Probidade Administrativa, agindo sempre em prol da coletividade.

A Lei 8.429/1992 ao dispor sobre os agentes passivos do Ato de Improbidade peca pela má redação do artigo 1º, que dispõe "administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes", aludindo com certeza aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ocorre que, apenas o Poder Executivo se apresenta como a Administração Direta, Indireta e Fundacional.

O fato, é que qualquer um dos Poderes pode integrar o polo de agentes passivos, e urge salientar que está cada vez mais perceptível que os Atos de Improbidade na Administração Pública só serão contidos a partir do momento em que os valores éticos e morais passarem a ser mais valorizados no seio da sociedade e que as pessoas comecem a se empenhar mais no respeito à coisa pública.

Independente disso, o referido diploma estabeleceu junção de sanções de distinções naturezas, como cível, administrativa e política, inovando o Ordenamento Jurídico no sentido de punição aos agentes públicos que, de alguma forma, dentre os ditames legais, prejudiquem os interesses públicos buscados pela Administração Pública.

A Lei nº 8.429/1992 classificou os Atos de Improbidade Administrativa em três modalidades distintas, sendo elas: atos dos agentes públicos que importem em enriquecimento ilícito, atos dos agentes públicos que causem dano ao erário e atos dos agentes públicos os quais violem os Princípios Gerais da Administração Pública, sendo aplicadas as sanções de acordo com o ato cometido e com a responsabilidade do agente.

Vale lembrar que os Princípios Administrativos contidos a Constituição Federal de 1988, norteiam não somente a Lei de Improbidade Administrativa, como também a Lei de Licitação e de Processos Administrativos, sendo fundamentais para manter a manutenção do regimento no Poder Público.

No que tange à Lei nº 14.230/2021, que altera a Lei de Improbidade Administrativa de 1992, promoveu algumas alterações significativas, dentre elas vale ratificar: Para que ocorra o Ato de Improbidade Administrativa por parte do agente, ele precisa ter agido dolosamente; Conferiu ao Ministério Público a legitimidade exclusiva para propor a Ação de Improbidade, que seguirá o procedimento comum previsto no Código de Processo civil; Mudança do prazo prescricional de 5 (cinco) para 8 (oito) anos contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, entre outras alterações.

Com base no que foi focado neste artigo, podemos concluir que o dever de Probidade é de total relevância para a Administração Pública, devendo ser adotado por todos os seus agentes públicos.

Exemplos de Improbidade Administrativa corriqueiramente na mídia, fato que vem abalando o país, problemas que estão sendo apreciados por CPs e que acabam prejudicando o erário público, através da sonegação, desvios etc. Nesses casos, há, acima de tudo, uma violação ao Princípio da Moralidade, o qual é norteador da Administração Pública em geral.

Por fim, ficou evidente que é necessário uma fiscalização eficiente, para que as violações a Princípios e as burlas a preceitos jurídicos não sejam realizadas com facilidade, aliás, não sejam realizados por estes representantes do Estado.

REFERÊNCIAS

BERWIG, Aldemir. **Direito administrativo. Coleção direito, política e cidadania**, 42. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541902939/pageid/3>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 de ago. de 2021.

BRASIL. **Lei federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. **Lei federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

BRASIL. **Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

BRASIL. **Lei federal nº 14.230, de 25 de outubro de 2021**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial: 1899407/DF 2020/0263011-1**. Relator: Ministra Assusete Magalhães - Primeira Seção. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1201821114/proposta-de-afetacao-no-recurso-especial-proafr-no-resp-1899407-df-2020-0263011-1/inteiro-teor-1201821138>>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 651. In. 0714. **Súmulas**. Brasília, DF: Superior Tribunal Federal, 2021. Disponível em: <<https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumae dicao&livre=%270714%27.cod.>>. Acesso em: 01 de nov. de 2021.

CAPEZ, Fernando. **Improbidade administrativa – limites constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502626157/pageid/0>>. Acesso em: 07 de ago. de 2021.

CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 31ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

FAZZIO JR, Waldo. **Improbidade administrativa: doutrina, legislação e jurisprudência**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016093/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]/4/2/2%4051:55](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016093/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]/4/2/2%4051:55)>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.

MATO GROSSO. Tribunal de Justiça de Mato Grosso. **Apelação Cível**. Relator: Gilberto Lopes Bussiki - Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo. Cuiabá: 19 out. 2021. Disponível em: <<https://tj-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1301383895/19770220158110040-mt>>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

MATOS, André Luiz Soares de. **A imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento por prejuízos ao erário**. Monografia. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/15884>>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 8ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO. Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33ª ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. **Recurso Ordinário**: 1015556. Relator: Cons. Gilberto Diniz. Belo Horizonte, 12 mar. 2018. Disponível em: <<https://tce-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/649255225/recurso-ordinario-ro-1015556>>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação Cível**: 10693130077458001. Relator: Jair Varão - Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL. Três Corações, 30 set. 2020. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/941856591/apelacao-civel-ac-10693130077458001-tres-coracoes>>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

MOREIRA, A. J. et. al. **Mediação e arbitragem na administração pública; Brasil e Portugal**. Portugal: Almedina, 2020. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270678/pageid/0>>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

NEVES, D. A. A.; Oliveira, R. C. R. **Improbidade administrativa: direito material e processual**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

NEVES, D. A. A.; Oliveira, R. C. R. **Manual de improbidade administrativa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014.

OLIVEIRA, Daniella Lucena de. **Os crimes de improbidade administrativa: violação aos princípios constitucionais dispostos no artigo 37 da constituição federal de 1988**. Monografia. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/14095>>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de improbidade administrativa comentada**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento**: 70078249091. Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira - Vigésima Primeira Câmara Cível. Porto Alegre, 28 set. 2018. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/631698458/agravo-de-instrumento-ai-70078249091-rs>>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível**: 70057196396. Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício - Primeira Câmara Cível. Porto Alegre, 21 jul. 2014. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/130239768/apelacao-civel-ac-70057196396-rs?s=paid>>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

SILVA, José Lucas dos Santos. **Dano reflexo nos atos de improbidade que importam em lesão ao erário**. TCC. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/880>>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

XIMENES, Eduardo Araújo Rocha. **Evolução histórica da responsabilização dos agentes públicos por improbidade administrativa no direito brasileiro**. 18 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,evolucao-historica-da-responsabilizacao-dos-agentespublicos-por-improbidade-administrativa-no-direitobrasile,55063.html>>. Acesso em: 31 de out. de 2021.